



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Pesquisa-ação e extensão universitária: prática e formação em assessoria técnica pelo direito à moradia em áreas centrais¹

Nathália Conte Mendes Batista

CECS-UFABC, batista.nathalia@ufabc.edu.br

Lara Isa Costa Ferreira

FAU-USP, lara.icf@usp.br

Bárbara Caetano Damasceno

FAU-USP, badamasceno@hotmail.com

Driely de Oliveira Carvalho

IFSP-SPO, driely.c@aluno.ifsp.edu.br

Natália Bruciaferi Goncalves da Silva

FAU-USP, natbruciaferi@usp.br

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. Este artigo resulta de uma reflexão sobre a formação para assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, tomando como referência o trabalho desenvolvido pela Peabiru TCA (Trabalhos Comunitários e Ambientais) na assessoria a ocupações do centro desde 2020 e a relação deste trabalho com a universidade, através de projetos de pesquisa-ação, extensão e estágios curriculares. A assessoria técnica a ocupações de prédios em áreas centrais tem sido construído a muitas mãos, por inúmeros agentes fundamentais para a definição do arcabouço técnico-político, como é o caso dos principais protagonistas, os movimentos de moradia e as famílias assessoradas, mas também organizações de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, direito, engenharias, assistência social entre outras disciplinas, universidades, colaboradores individuais, e a até órgãos do poder público, como a defesa civil. O artigo apresenta uma análise descritiva dessa construção, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Peabiru em colaboração com a universidade sob a perspectiva do processo formativo de assessoras(es) técnicas(os) nas ocupações em áreas centrais, mas buscando contextualizar esses trabalhos dentro da rede de articulações de assessoramento e apoio à luta pelo direito à moradia digna e acessível, em áreas centrais para famílias de baixa renda.

Palavras-chave. Assessoria Técnica; Extensão Universitária; Direito à Moradia; Ocupações.

Research-action and university extension: practice and instruction in technical assistance for the right to housing in central areas

Abstract. *This article is the result of a reflection on training for technical assistance in architecture and urbanism, taking as reference the work developed by Peabiru TCA (Community and Environmental Works) in advising downtown occupations since 2020 and the relationship of this work with the university, through research-action projects, extension*

¹ Este trabalho expõe resultados de pesquisas, ora em desenvolvimento, do projeto de pesquisa “Co-Polis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”, vinculado ao processo nº 2019/13365-3, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

and curricular internships. The technical assistance to building occupations in downtown areas has been built by many hands, by several fundamental agents for the definition of the technical-political framework, as is the case of the main protagonists, the housing movements and the families assisted, but also organizations of technical assistance in architecture and urbanism, law, engineering, social assistance among other disciplines, universities, individual collaborators, and even public authorities, such as the civil defense. The article presents a descriptive analysis of this construction, based on the work developed by Peabiru in collaboration with the university from the perspective of the training process of technical advisors in the occupations in central areas, while seeking to contextualize this work within the network of articulations of assistance and support to the struggle for the right to decent and affordable housing in central areas for low-income families.

Keywords: Technical Assistance; University Extension; Right to Housing; Occupations.

Provisión de vivienda y vulnerabilidad: límites de las políticas de producción de vivienda

Resumen. *Este artículo resulta de una reflexión sobre la formación para el asesoramiento técnico en arquitectura y urbanismo, tomando como referencia el trabajo desarrollado por Peabiru TCA (Trabajos Comunitarios y Medioambientales) en el asesoramiento a ocupaciones del centro desde 2020 y la relación de este trabajo con la universidad, a través de la investigación-acción, los proyectos de extensión y las prácticas curriculares. La asistencia técnica a las ocupaciones de edificios en áreas centrales ha sido construida a muchas manos, por numerosos actores clave para la definición del marco técnico-político, como es el caso de los principales protagonistas, los movimientos de vivienda y las familias asistidas, pero también organizaciones de asesoramiento técnico en arquitectura y urbanismo, derecho, ingeniería, asistencia social entre otras disciplinas, universidades, contribuyentes individuales, e incluso autoridades públicas, como la defensa civil. El artículo presenta un análisis descriptivo de esta construcción, a partir del trabajo desarrollado por Peabiru en colaboración con la universidad desde la perspectiva del proceso de formación de asesores técnicos en las ocupaciones de las áreas centrales, al tiempo que busca contextualizar este trabajo en la red de articulaciones de asesoramiento y apoyo a la lucha por el derecho a una vivienda digna y asequible en las áreas centrales para las familias de bajos ingresos.*

Palabras clave: Asistencia técnica; Extensión universitaria; Derecho a la vivienda; Ocupaciones.

Introdução

Dentre as múltiplas disputas que se desenrolam nas cidades, seguramente que aquelas situadas no campo da habitação são as mais difíceis de solucionar. No caso específico da região central de São Paulo, maior metrópole do país, diversos conflitos são expostos nesta localidade, dentre eles o descompasso entre a existência de edifícios ociosos diante de uma enorme carência habitacional.

As ocupações urbanas, em especial ocupações de edifícios no centro, são formas de denúncia ao descumprimento da função social da propriedade, reivindicação por políticas habitacionais, mas também para fins de moradia. Em São Paulo, sobretudo com a trágica queda do edifício Wilton Paes em 2018, tem se observado um enorme esforço da Prefeitura Municipal e de alguns órgãos públicos para a criminalização das ocupações de edifícios ociosos na cidade, que deu início a uma série de violações de direitos. Por outro lado, esse processo também intensificou a busca por alternativas para contrapor a essa narrativa. Para as assessorias técnicas e universidades, isto significou um desafio ainda maior para a atuação neste campo, que apenas veio a se somar a carência de políticas e recursos públicos. Com efeito, foi necessário repensar a atuação profissional nesses espaços, que se fez acompanhada de uma análise da formação como forma de fortalecimento da democracia e da luta pelo direito à moradia.

Neste cenário, há um universo de participações de diferentes campos e de ações singulares no processo de resistência e luta pelo direito à moradia, dos quais fazem parte: movimentos de moradia, assessorias técnicas populares e profissionais, universidades, com laboratórios, grupos de pesquisa, trabalhos de pesquisa, extensão e escritórios modelos, órgãos do poder público como a defesa civil, e profissionais autônomos. Considerando esta arena, ao longo do artigo desenvolve-se uma análise descritiva sob a perspectiva do processo formativo de assessoras(es) técnicas(os) nas ocupações em áreas centrais. Parte-se do trabalho realizado pela Peabiru TCA (Trabalhos Comunitários e Ambientais), no contexto do OCUPAS Centro, e seu vínculo com universidades e movimentos de moradia distintos. Ressalta-se que o artigo não tem o objetivo de narrar a

completude e totalidade dos fatos históricos das ocupações, mas de contribuir para a construção de um raciocínio sob uma parcela dos agentes que atuam neste campo, bem como ampliar o debate acerca das possibilidades de atuação e formação no campo de assessoria técnica para habitação de interesse social (ATHIS).

Apoiando-se na metodologia de relato de experiência, o artigo apresenta uma reflexão sobre a formação para assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, tomando como referência o trabalho desenvolvido pela Peabiru nas ocupações do centro desde 2020, abordando a relação deste trabalho com a universidade, através de projetos de pesquisa-ação, extensão e estágios curriculares. Apresentam-se neste artigo, portanto, as experiências desenvolvidas no bojo do OCUPAS Centro, na área central de São Paulo, como horizonte para a análise da importância do processo formativo para atuação em assessoria técnica, buscando situar esses trabalhos dentro de uma rede de articulações de assessoramento técnico e apoio na luta por moradia digna.

Para isso, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira, intitulada “Articulação política e ocupações de edifícios no centro de São Paulo”, busca abordar a trajetória recente das ações e projetos voltados ao fortalecimento da luta pelo direito à moradia que estão sendo realizadas na área central de São Paulo, conhecidas como OCUPAS Centro. Na seção subsequente, “Relato de experiência - OCUPAS Centro: organização, instrumental, adequações”, trata da experiência que vêm sendo realizada pela assessoria técnica Peabiru, os avanços em termos organizacionais, metodológicos e as possibilidades de atuação. Por último, a terceira seção, intitulada “Importância da formação para a assessoria técnica em edifícios ocupados”, procura analisar, a partir de uma análise crítica dos trabalhos desenvolvidos, a importância da formação universitária para o trabalho em assessoria técnica.

1. Articulação política e ocupações de edifícios no centro de São Paulo

Desde as últimas décadas do século XX, os movimentos sociais reivindicam o direito à moradia acessível e denunciam a inconstitucionalidade de imóveis vazios através de ocupações de prédios abandonados para fins de moradia no centro de São Paulo. Nessa época começaram a surgir as primeiras ocupações de prédios na região central. Essas lutas partem tanto da articulação dentro do contexto dos cortiços e pensões, quanto na luta por moradia presente na periferia da cidade, que tem seu histórico datado desde a década de 1970 (BARBOSA; PITA, 2006). De acordo com Motisuke (2008), no final dos anos 90 a interrupção dos programas habitacionais criados na gestão Erundina (1988-1992), motivou os movimentos de moradia a se posicionarem diante do poder público, reivindicando moradia através de ocupações de edifícios vazios na região central a contrapelo do processo de produção do espaço estabelecido para a área central. Em 1997, algumas ocupações começaram a ter apoio de universidades e atores individuais.

Um caso que retrata esta articulação foi o projeto da rua do Ouvidor 63, com a proposta de requalificação do prédio, enquadrado no programa público de intervenção em cortiços. Foi realizado um trabalho participativo envolvendo os moradores, lideranças do movimento de moradia, profissionais, professores e estudantes de diferentes campos e universidades. Na área da arquitetura, este trabalho contou com estudantes e professores da Universidade de São Paulo, que hoje dão continuidade ao processo formativo de novos sujeitos assessores técnicos, e contribuem nas articulações na luta pela moradia em áreas centrais e na construção de narrativas contra hegemônicas sobre as ocupações e os movimentos sociais.

Também na década de 90, formam-se um conjunto de assessorias técnicas em São Paulo, dentre elas a Peabiru TCA. A Peabiru foi composta inicialmente por arquitetos, biólogos, sociólogos, psicólogo social, engenheiro civil e outros técnicos do campo da ciência social aplicada, mantendo até hoje sua característica multidisciplinar. Sendo uma organização sem fins lucrativos, a Peabiru atua assessorando movimentos sociais e organizações de moradia, e trabalha com programas

públicos, na busca pela universalização do direito à cidade e da moradia digna. Para isso, suas ações encaixam-se no programa de produção do espaço, desenvolvendo planos, projetos, estudos e obras urbanas e habitacionais. Ademais, a Peabiru também atua de forma crítica e política, refletindo tanto sobre o próprio campo de atuação em assessoria técnica para habitação de interesse social, como fazendo incidência em lutas, disputas e construção de políticas públicas, em articulação com outros grupos e agentes. Para além dos onze membros, a equipe ainda é composta por profissionais contratados para projetos específicos e estagiários. A organização tem também um Conselho, e realiza parcerias com universidades, através de pesquisadores (docentes, pós-graduandos e graduandos) que desempenham diferentes papéis na organização, e também elabora pesquisas, contribuindo tanto para a produção de conhecimento quanto para processos de formação.

Apesar de já colaborar com vários movimentos em outras frentes, a Peabiru iniciou a atuação com os movimentos de ocupação do centro em 2016, após o lançamento do Chamamento nº 002/2015, realizado pela Prefeitura, cujo resultado foi publicado em 02 de janeiro de 2016, permitindo o acesso de associações e movimentos sociais a imóveis (prédios e terrenos) para a construção ou reforma de habitações sociais via Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E). Desde então, a Peabiru tem colaborado com alguns movimentos sociais presentes no centro de São Paulo, realizando estudos de viabilidade, organização documental e trabalho técnico social, em quatro ocupações: Hotel Lord, Hotel Cambridge, José Bonifácio 237 e São João 588. Destes quatro prédios, dois prédios passaram por um processo de reforma completa com recursos do PMCMV-E e a gestão de movimentos sociais; outros dois estão em processo de contratação pelo recém programa habitacional do município, o “Pode Entrar”, regido pela COHAB-SP.

Contudo, a atuação da Peabiru com os movimentos de moradia na região central, vai além das práticas consolidadas nas políticas públicas. No final de 2016, a assessoria apoia o movimento MSTC realizando orientações para o uso do espaço, a partir de visita técnica com mapeamento fotográfico e a produção de plantas semafóricas dos andares, material que indicava os ambientes habitáveis e não habitáveis. Em 2017, a pedido do movimento MMCR, realizou-se um trabalho social para reconhecimento do perfil das famílias da ocupação José Bonifácio 237, desenvolvendo oficinas e análises dos dados obtidos. Ambas ações fazem parte de um processo introdutório da assessoria no universo das ocupações de prédios para além da política pública, que se aprofundou nos anos seguintes.

Em 2018, após o incêndio e queda do edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, ocupado por famílias de baixa renda, intensificaram-se os processos de criminalização a movimentos de ocupações de prédios e suas lideranças. Como estratégia de enfrentamento e tentativa de proteção dos movimentos, lideranças e famílias ocupantes, diferentes atores e grupos formados por profissionais individuais, grupos de pesquisa, extensão universitária, assessoria técnica profissional se organizaram no sentido de promover uma frente de defesa em prol das ocupações que se mantém até hoje. Uma das ações tem sido a construção do diálogo direto com o poder público, buscando garantir uma narrativa própria para a atuação dos movimentos, como a alteração de alguns conceitos e argumentos por outros, a título de exemplo: “não é invasão, é ocupação”, “não é vistoria, é visita, precisa-se minimizar o risco e não realizar remoções”.

No Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta), da Universidade Federal do ABC (UFABC), na linha de construção de uma outra narrativa, realizou-se uma série de seminários com a proposta de levar as ocupações para universidade e a universidade para as ocupações, trazendo técnicos da defesa civil, lideranças do movimento de moradia e estudantes para um debate em conjunto visando ações de melhorias físicas e de segurança dos prédios. Em paralelo, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) identificou 51 prédios ocupados no centro e centro expandido, que abrigavam mais de 10.000 famílias (PMSP, 2018), parte destas visitas foram acompanhadas por assessores do movimento de moradia construindo um repertório próprio sobre as ocupações

visitadas, reivindicando melhorias físicas para segurança dos prédios e a garantia de abrigo às famílias ocupantes.

Esse pretexto reforçou uma pressão por parte da Prefeitura e Ministério Público para a criminalização das ocupações de forma geral e indistinta, pelo argumento da existência de “risco”. Com a grande mobilização dos movimentos de moradia e agentes da sociedade civil, diálogos foram abertos com a Secretaria de Habitação (SEHAB). Os riscos foram reconhecidos, através de um *checklist* criado na época e utilizado até hoje pelo poder público, para identificar quais os pontos a ter em atenção na realização de vistorias técnicas. Contudo, o apontamento principal era a necessidade de criar os meios para que os riscos fossem mitigados, sem a remoção das famílias moradoras. Foi apontado a importância de construir esse processo de forma coletiva, então a SEHAB criou pela Portaria nº 353/2018, um Grupo Técnico Intersecretarial. Até hoje o grupo conta com representantes da Defesa Civil, SEHAB, Secretaria de Licenciamento, Secretaria das Prefeituras Regionais, Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, dos movimentos de moradia, assessorias técnicas e universidades, que continuam a realizar vistorias aos prédios ocupados com a justificativa prevenir algum advento semelhante ao ocorrido em 2018.

Em 2019, do período de fevereiro a dezembro, desenvolveu-se um projeto de extensão em ocupações centrais elaborado pelos pesquisadores do LabJuta-UFABC, em parceria com Peabiru, incorporando estudantes do Escritório Piloto da Poli USP, lideranças e moradores da ocupação Penaforte Mendes e São João 588. O projeto “Quem ocupa não tem culpa: melhoria das condições de segurança e habitabilidade nas ocupações de edifícios no centro de São Paulo” teve como objetivo melhorar as condições de segurança e habitabilidade partindo do pensamento crítico e ação coletiva entre técnicos, professores, estudantes e moradores sobre a realidade e condições da ocupação (SILVA; *et al.*, 2020).

Dentro deste trabalho, realizaram-se oficinas de diagnóstico participativo com o intuito de identificar problemas e potencialidades de edifícios e dos moradores. Também foram feitos levantamentos dimensionais onde foram elaborados desenhos de plantas. A pedido da liderança do Movimento de Moradia do Centro (MMC), iniciou-se um processo de avaliação do “extrato de recomendações” emitido pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de São Paulo (COMDEC), após vistoria no edifício Penaforte Mendes 30 e que seria revistoriado para examinar os itens do *checklist*. Nesse sentido, encaminhou-se uma série de melhorias das condições de habitabilidade e segurança da ocupação pagas pelos moradores.

De forma geral, muitas das ocupações empenharam-se no cumprimento das exigências do *checklist*, mobilizando recursos próprios para executar o que era possível dentro de cada realidade. A partir desses acontecimentos, as assessorias técnicas assumiram um papel importante na orientação das ocupações na pretensão da regularização de serviços essenciais, como o acesso à água e energia, em melhorias habitacionais e no cumprimento das medidas de segurança.

De 2019 até o início de 2021, lideranças dos movimentos de moradia foram criminalizadas por acusações de extorsão e furto de água e energia. Dado esta série de fatos, formou-se um grupo articulado por lideranças de movimentos de moradia e agentes parceiros, para discutir e buscar soluções para a regularização dos serviços. Em 2021, formou-se o Grupo de Trabalho “Regularização do Fornecimento de Água e Energia das Ocupações do Centro de São Paulo” requerido pelo vereador Eduardo Suplicy e aprovado na Câmara Municipal de Vereadores. Após a instituição deste Grupo de Trabalho a articulação para ações de melhorias habitacionais e regularização de serviços nas ocupações têm sido impulsionadas, via emendas parlamentares.

A assessoria técnica Peabiru, assim como a assessoria técnica popular FIO, tem acompanhado estas articulações, concretizando projetos de melhorias habitacionais. A partir de 2020, passou a contar com parcerias de fomento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-

SP) e de emendas parlamentares municipais. Desde então, este processo de assessoria para melhorias habitacionais e de segurança em prédios ocupados na área central tem sido denominado como: **OCUPAS Centro**.

O OCUPAS Centro iniciou-se em 2020, no contexto de pandemia do COVID-19 e de criminalização dos movimentos sociais, quando o CAU-SP lançou o Chamamento Público nº 006/2020 para o “desenvolvimento e a execução de projetos que visassem promover ações voltadas à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), em atendimento à Lei 11.888/2008, focadas na elaboração de projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos de ATHIS” (CAU-SP, 2020). Uma especificidade deste edital era que, para além de ações direcionadas para ATHIS, havia a condição de contratação de pelo menos 30 profissionais de arquitetura e urbanismo, como forma de diminuir os impactos da pandemia para a categoria profissional, ainda que permitisse que essa contratação fosse realizada com remuneração inferior à definida pelo próprio organismo.

Neste contexto, foi selecionado o projeto: “Assistência Técnica para melhorias nas condições de habitabilidade de ocupações de edifícios nas áreas centrais de São Paulo”, submetido pela assessoria técnica Peabiru, em colaboração com os movimentos de moradia - o Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR) e o Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana (MSTR), com a finalidade de construir propostas de melhorias das condições físicas e de uso do espaço junto com os moradores e lideranças. Ainda no mesmo Chamamento Público, o CAU-SP selecionou um projeto semelhante, submetido pelo MSTC e desenvolvido pela FIO Assessoria Técnica Popular, em 5 prédios ocupados por esse movimento.

No período de abril a outubro de 2021, ambas as assessorias técnicas Peabiru e FIO, desenvolveram projetos de melhorias habitacionais e de segurança para 11 prédios ocupados no centro de São Paulo, lugares de moradia de mais de 600 famílias, com o envolvimento de mais de 60 profissionais de arquitetura e urbanismo, para além de técnicos de outras disciplinas. No processo, estiveram envolvidos também as redes de apoio e assessoria técnica já consolidadas dos Movimentos Sociais e novos apoiadores que se agregaram no período.

Os projetos foram desenvolvidos de forma individual pelas assessorias, ainda que com trocas de experiências e metodologias entre si. Concomitante a isso, no intuito de contribuir com a formação dos profissionais contratados, ocorreu o curso OCUPATHIS, realizado pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (LabHab/FAUUSP) em conjunto aos docentes e discentes do escritório modelo ÁTICO, do Instituto Federal de São Paulo (IFSP-SPO). O curso dividiu-se na formação para a assessoria técnica em áreas periféricas (OCUPATHIS Perifa) promovido pelo IFSP e nas áreas centrais (OCUPATHIS Centro) promovido pela FAUUSP. O curso voltado para o centro contou com aulas, exercícios e espaços de discussões sobre intervenções e assessoria a prédios ocupados, com professores universitários e técnicos especializados, para os integrantes dos dois projetos da Peabiru e FIO e, dessa forma, concretizou-se como um dos espaços de partilha entre essas duas assessorias.

Para além dos profissionais de arquitetura, o projeto desenvolvido pela Peabiru contou com uma equipe de trabalho social, a qual integraram 6 articuladores comunitários, um de cada ocupação. As cinco articuladoras e um articulador, moradores de cada prédio, indicados pelas lideranças dos movimentos correspondentes, foram responsáveis pela comunicação entre a equipe da Peabiru e as famílias, acompanhamento dos trabalhos e elaboração dos levantamentos sociais. A equipe foi complementada pela consultoria dos advogados populares que já acompanhavam os movimentos, por um engenheiro civil, engenheiros eletricitas, e um arquiteto especializado em recuperação de prédios tombados. A equipe de coordenação e que desenvolveu o todo o projeto, foi composta por 6 profissionais de arquitetura, entre eles dois membros da Peabiru, coordenadores gerais, cada qual coordenando um prédio e sua equipe, e em duplas coordenando áreas temáticas de diagnóstico e propostas de intervenção. Os demais profissionais foram contratados para a

execução dos levantamentos, diagnóstico e elaboração das propostas de intervenção nas ocupações.

A equipe de coordenação foi composta também por pesquisadoras de graduação e pós-graduação, bolsistas de projetos de pesquisa e extensão, na continuidade da interlocução entre a Peabiru com o LabHab (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos), onde pesquisadores têm contribuído para os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de assessoria, enquanto desenvolvem a sua pesquisa, mais especificamente no bojo do Projeto Temático Co-Polis¹, a partir da metodologia de pesquisa-ação. As Ocupações Verticais do Centro de São Paulo constitui um dos campos de pesquisa Co-Polis, sendo composta por pesquisadores do LabHab, da Universidade de São Paulo, e do LabJuta, da Universidade Federal do ABC. O projeto Co-Polis tem agregado a participação de pesquisadores bolsistas e não-bolsistas, bem como dos pesquisadores-professores associados, que atuam como assessores técnicos, consultores especializados, interlocutores, ou formadores como no caso do OCUPATHIS e OCUPAS Centro. A colaboração da Peabiru com a universidade no OCUPAS Centro se prolongou após a finalização do projeto do CAU-SP, tanto com o acompanhamento dos docentes, quanto da contínua participação de pesquisadoras de graduação e pós-graduação na equipe e no desdobramento dos trabalhos.

Ao longo de 2021, paralelamente ao projeto com financiamento do CAU-SP, integrantes da Peabiru participaram de discussões promovidas pelo mandato do vereador Eduardo Suplicy, para buscar estratégias conjuntas com os movimentos sociais e as concessionárias para a regularização de água e energia elétrica nos prédios ocupados. Isto porque, o furto de energia havia sido uma das justificativas utilizadas para a criminalização dos movimentos sociais. Como reflexo disso, no primeiro semestre de 2022, foi destinada para Secretaria de Direitos Humanos uma emenda parlamentar municipal para subsidiar o trabalho de assessoria técnica para projetos de melhorias em 4 prédios ocupados, direcionada para a regularização dos serviços, que foi coordenada pelas assessorias Peabiru e FIO em colaboração com o Movimento de Moradia Central e Regional (MMR), Movimento de Moradia por Luta e Justiça (MMLJ), Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), Associação Sem-Teto do Centro (ASTC-SP), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e Movimento de Moradia do Centro (MMC), dando continuidade ao OCUPAS Centro e a outros processos de assessoria em curso. Este processo atendeu mais de 250 novas famílias com propostas de melhorias e encaminhamentos para o processo de regularização de água e energia.

No segundo semestre de 2022, outros mandatos se juntaram à causa, renovando o direcionamento de recursos através de emendas parlamentares municipais e viabilizando a uma nova fase do processo com a assessoria para outros 08 prédios para a regularização de serviços e a integração da assessoria técnica Coletivo Mola. Apesar de progressivamente movimentos e prédios ocupados terem integrado os processos em curso, as assessorias técnicas têm mantido o assessoramento aos prédios e movimentos que possuem esse interesse, acompanhando intervenções de melhorias autogeridas pelos moradores entre outras ações, dentro dos recursos e disponibilidades dos grupos assessores, muitas vezes com a dedicação voluntária dos seus integrantes. As ações promovidas neste momento, estão em desenvolvimento atualmente, assim como o processo de regularização de serviços que está sendo construído. Em suma, o processo do Ocupas Centro teve/tem um alcance para mais de mil famílias, trazendo propostas de melhorias habitacionais e a busca pelo acesso a regularização de água e energia de forma justa à realidade dos moradores das ocupações. Contudo, tais processos ainda não apresentam recurso para execução de obras, sem um limite para concretização do trabalho.

2. Relato de experiência - OCUPAS Centro: organização, instrumental, adequações

É importante reafirmar que o OCUPAS Centro é o nome dado a uma movimentação geral de assessoramento técnico e adequação para segurança de prédios ocupados na área central de São Paulo. Neste processo, estão envolvidos diferentes atores, entidades da sociedade civil, movimentos e universidades. Dito isto, o artigo pretende tomar como referência o assessoramento técnico desenvolvido pela Peabiru TCA nas ocupações do centro desde 2021, abordando, em especial a relação com a universidade e o processo de formação para atuar nesses espaços.

Em termos cronológicos, os projetos realizados no bojo do OCUPAS Centro pela Peabiru derivam de três momentos subsequentes. A primeira fase de trabalhos foi fomentada pelo CAU-SP, e ocorreu no primeiro semestre de 2021 com atuação em 6 ocupações, que funcionou como um projeto piloto. Dessa maneira, a segunda fase do OCUPAS Centro é surge no segundo semestre de 2021, com apoio principal do grupo de trabalho para regularização dos serviços essenciais em 4 ocupações, com recurso da emenda parlamentar do Eduardo Suplicy; e a terceira fase, ora em curso, acontecerá de 2022 a 2023, estruturada dentro do grupo de trabalho com apoio parlamentar de três vereadores em 8 ocupações.

2.1. OCUPAS Centro - primeira fase com recurso do CAU-SP

Com o propósito de atender seis ocupações dos movimentos MSTRU e MMCR, a assessoria técnica Peabiru desenvolveu, de abril a outubro de 2021, um projeto via fomento CAU-SP. O trabalho tinha como objetivo desenvolver propostas de melhorias habitacionais cabíveis à realidade dessas ocupações, como também somar na luta pela permanência visando a construção de políticas políticas que tratem o “risco” a partir de reformas pontuais. Concomitante a isso, a assessoria técnica popular FIO também estava realizando uma proposta semelhante em outras cinco ocupações do MSTC.

Dada a grande quantidade de técnicos, em torno de 60 arquitetos, viu-se a necessidade, diante do movimento, assessoria e universidade, de realizar uma formação conjunta durante o trabalho. Sendo um momento de trocas entre assessorias, não só daquelas envolvidas no edital, mas de outros sujeitos que também fazem parte da rede de assessorias, fora de São Paulo, estes participaram do OCUPATHIS, como monitores e pesquisadores.

Para melhor explicar sua estruturação, esta etapa apresentou um momento introdutório de formação com coordenadores das equipes das 6 ocupações, sobre o que seria levantado nessas ocupações, as formas de coleta e tratamento desses dados, como seriam elaboradas as propostas, sua apresentação e retorno para os movimentos e, por fim, a efetividade das ações. A partir disso, começa-se construir um repertório sobre as ações que já aconteceram nas ocupações de edifícios em áreas centrais, seja por trabalhos de extensão universitária ou por experiências similares entre as assessorias. Feito este processo de construção de repertório, o trabalho passa pelas seguintes etapas:

1. **Levantamentos:** compilação de documentação existente sobre os edifícios e sobre a ocupação, compreensão da situação fundiária com a assessoria jurídica, levantamentos físicos, levantamentos sociais;
2. **Diagnósticos:** entrevistas com os técnicos-moradores responsáveis pelas obras e manutenção dos edifícios, leituras técnicas a partir dos dados dos levantamentos;
3. **Propostas:** orientações técnicas, projetos e orçamentos estimativos para ações de melhorias nos edifícios;
4. **Mobilização comunitária:** trabalho junto a comissões de famílias, distribuídas nos eixos temáticos, para organização de ações imediatas e construção coletiva das propostas;
5. **Apoio ao jurídico:** apoio técnico, em diálogo com as assessorias jurídicas dos movimentos, para construção de documentação necessária aos processos jurídicos em curso;

6. **Articulação política:** articulação junto a órgãos públicos e concessionárias para viabilização das obras e regularização dos serviços públicos essenciais (água e luz).

Na etapa de **Levantamentos** foi fundamental o acesso a pesquisas de grupo de extensão, trabalhos finais de graduação e pesquisas de especialização, mestrado e doutoramento, realizadas em anos anteriores sobre as ocupações do centro. Através delas foram acessadas bases de levantamento, ainda que não rigorosas, mas que garantiram que o trabalho não partisse do zero em nenhum dos prédios, assim como informações específicas jurídicas, sobre patrimônio e patologias construtivas estruturais.

Todas informações recolhidas e produzidas ao longo do processo anterior foram organizadas e analisadas na etapa de **Diagnósticos** que, num primeiro momento, as principais questões de habitabilidade foram apresentadas de maneira mais genérica a todas as ocupações atendidas pelo edital do CAU-SP. Finalizada a coleta de dados e sistematização dos diagnósticos, estas informações irão compor a “Matriz de intervenção”, momento que começasse a pensar as propostas para as questões analisadas no diagnóstico.

As **Propostas** foram organizadas a partir de uma matriz de avaliação, a “Matriz de intervenções”, sistematizada a partir do curso OCUPATHIS que conciliava tanto as necessidades concretas, o tempo da execução mas também da urgência de intervenção, as disponibilidades e aplicabilidade (genérica ou específica), além dos contextos específicos de cada edifício e de cada grupo de moradores. Propostas com critérios semelhantes já eram desenvolvidas pela FIO aos prédios ocupados pelo MSTC.

Posteriormente, a questão dos recursos foi adicionada à matriz, no sentido de entender se a melhoria deveria ser feita no âmbito privado ou coletivo, poderia ser executada por um técnico da própria ocupação ou necessitaria de mão de obra especializada, e se conseguiria ser concretizada através dos recursos dos próprios moradores ou demanda de outras fontes de recurso. Esta construção reforça a importância das trocas entre os diversos agentes para a construção do conhecimento sobre assessoria técnica a prédios ocupados. Há que considerar ainda que as propostas foram muito além do que habitualmente se consideram projetos de arquitetura apresentados através de desenhos, e consideraram também orientações técnicas, indicações de referências, lista de serviços, orçamentos.

A etapa de **Mobilização comunitária** teve por objetivo continuar o trabalho fora dos fomentos, ao organizar uma comissão de moradores, técnicos da ocupação e assessores dispostos a implementar as propostas sugeridas na matriz mencionada anteriormente. Para as intervenções mais complexas recomendava-se a busca de outras soluções através de arranjos institucionais e diálogo com o poder público.

Para tanto, a equipe da Peabiru desenvolveu um projeto específico de comunicação do qual constaram peças gráficas — cartazes, imagens de divulgação para whatsapp, vídeos, entre outros — que tinham como objetivo compartilhar o processo e as informações sobre as ações realizadas em cada prédio com os seus moradores. Além disso, realiza-se relatórios de acompanhamento para o próprio movimento de moradia e *newsletter* contando sobre o processo para outros públicos, como acadêmicos, estudantes, outras assessorias técnicas, prefeitura e movimentos. Em cada ocupação foram realizadas duas assembleias gerais com as famílias, uma para a apresentação parcial após a realização dos levantamentos e diagnósticos e outra para a apresentação das propostas de intervenção e melhorias. Fora as assembleias, também foram planejadas apresentações para os parceiros acadêmicos, lideranças e assessorias que atuam nas ocupações, como também foi apresentado para o grupo de trabalho de “Regularização do Fornecimento de Água e Energia das Ocupações do Centro de São Paulo”, onde se fomenta a realização do “Seminário Desafios das Ocupações em Edifícios Antigos”, em novembro de 2021” na Câmara dos Vereadores.

Um dos resultados da **Articulação Política**, assim como de outras já em curso, foi o desdobramento do processo na continuidade de assessoria em uma ocupação assessorada pela Peabiru e outra pela FIO, e a integração de duas outras ocupações, para a regularização de serviços - água e energia elétrica - através de emenda parlamentar, desenvolvida em 2022. Nesse período, o trabalho foi organizado pela Peabiru e FIO, tomando como base os trabalhos já desenvolvidos pelas duas assessorias às ocupações do centro.

2.2. OCUPAS Centro - segunda e terceira fases com recursos de Emendas Parlamentares

Na sequência ao edital do CAU-SP e, a fim de atender as quatro ocupações pertencentes aos movimentos MSTC, MMCR, MMLJ-ASTC e MMC, a assessoria técnica Peabiru desenvolveu — em parceria com a FIO—, a segunda fase do OCUPAS Centro através de um projeto com recursos de Emenda Parlamentar do vereador Eduardo Suplicy. Realizado no primeiro semestre de 2022, essa fase será chamada de Emenda 01. Já a Emenda 02, ora em curso, e também realizada com recursos provenientes de Emendas Parlamentares, foram incorporadas outras oito ocupações centrais dos movimentos MMC, MSTRU, MSTC, Brigadas Populares, ASTC e MMJL. Para isso, contou-se com a parceria das assessorias técnicas FIO e Mola.

A Emenda 01 ganha importância pelo fato de que é a partir dela que as primeiras mudanças metodológicas e dos instrumentais ocorrem. Isto porque, ao fim do projeto piloto realizado na primeira fase, a reflexão e balanço crítico da experiência mostrou que há um limite no trabalho dos arquitetos e urbanistas, sendo necessário o acréscimo de outras disciplinas para a continuidade e aprofundamento dos trabalhos. Além disso, neste novo cenário, o corpo técnico era significativamente menor, contando com arquitetos e urbanistas, engenheiros, estagiários, e pesquisadores-docentes.

Quanto às etapas de trabalho, elas seguem a mesma ordem da primeira fase do edital do CAU-SP. Isto é: 1) levantamentos; 2) diagnósticos; 3) propostas; 4) mobilização comunitária; 5) apoio ao jurídico; e 6) articulação política. Entretanto, com a inserção desses novos agentes, a etapa de levantamento e leitura desses espaços ganha maior precisão (Figura 1). Logo, isso irá auxiliar não somente na melhor compreensão das condições físicas dos edifícios, como também no diálogo com as concessionárias no momento de regularização de água e energia.



Figura 1. Levantamento físico realizado em fevereiro de 2022 (Fonte: Acervo Peabiru).

Importante pontuar que o foco desses dois projetos via emendas é a construção de um protocolo de regularização dos serviços de água e energia para essas ocupações. E, embora eles ainda não

existam e seja um processo constante, esse objetivo não saiu do horizonte. Para isso, faz-se necessário realizar as leituras e levantamentos em campo, haja visto que é a partir disso que se consegue estruturar essa formulação e reivindicar o acesso regularizado a esses serviços, com valores justos com a renda dessas famílias (tarifa social), e com formas de distribuição e leituras cabíveis ao que já existe nessas ocupações. A saber, é justamente este aspecto que vem sendo trabalhado na Emenda 02,

Este momento de criação de um protocolo é um processo novo pelo fato de que nenhuma das agências de fornecimento de serviços da cidade de São Paulo lidou com isso anteriormente. Logo, este protocolo tem sido construído em conjunto com essas agências e a Peabiru, o que irá implicar em mudanças da própria etapa de levantamento durante a Emenda 02 como, por exemplo, a necessidade de levantar o número de tomadas, eletrodomésticos nas áreas comuns, dentre outros.

Sobre a etapa de diagnóstico, um avanço significativo é a utilização de um novo instrumental na Peabiru que é a modelagem por Building Information Modeling (BIM), para facilitar o processo de diagnóstico. Isto não significa, contudo, deixar de recorrer aos programas mais usuais de arquitetura. Dessa forma, para a realização das análises é pensado tanto na leitura que o morador irá fazer desses espaços individuais e coletivos, quanto na que será realizada pelos próprios técnicos envolvidos. Posteriormente, esse levantamento é materializado em plantas, a partir de uma sistematização em banco de dados levantados em campo, que são transformados em plantas de diagnóstico (Figura 2).



Figura 2. Plantas de diagnóstico (Fonte: Acervo Peabiru, 2022).

Como resultado dessa articulação, atualmente estão em andamento dois projetos pilotos de regularização dos serviços de energia de ocupações que participaram da Emenda 01. No final do processo da primeira emenda, avaliou-se a necessidade de uma estratégia para implementação das ações propostas, trazendo para continuidade do trabalho a formação de comissões para ações imediatas e o desenvolvimento do “plano de ação” apresentando os custos de cada intervenção divididos em lotes de atuação gradativa (curto, médio e longo prazo).

2.3. Evolução do trabalho: especificidades e instrumental

Os prédios ocupados por movimentos sociais são de diferentes épocas construtivas, têm diferentes estruturas e manifestações patológicas, graus de conservação, foram construídos para

diferentes usos e diferentes formas de organização interna. A construção de instrumentais de levantamento e diagnóstico para edifícios ocupados tem sido um processo resultado de acúmulos de experiências e contribuições, e que continua em adequação e aprimoramento. Os instrumentais construídos na primeira fase de trabalho, tanto no OCUPAS Centro pela Peabiru, quanto nos processos de assessoramento da FIO, foram posteriormente adaptados, buscando direcionamentos às especificidades das demandas que foram se transformando e o acúmulo da experiência das equipes que coletam e processam as informações.

O desafio inicial na definição do instrumental de trabalho utilizado no OCUPAS Centro pela Peabiru, foi o da idealização de ferramentas que concretizassem a realização dos levantamentos físicos, a organização dos dados em uma base única e comparável mas que, ao mesmo tempo, permitisse também leituras subjetivas, entendendo que essa componente seria tão fundamental quanto os dados mais objetivos no desenvolvimento do trabalho. Como solução foram utilizadas diferentes formas de registro:

- Questionário que registrava questões gerais sobre os ambientes levantados (residências e áreas comuns) e manifestações patológicas encontradas, preenchido em aplicativo de banco de dados;
- Desenho de layout e anotações sobre bases existentes;
- Fotografias e caderno de campo para registros livres.

Depois das informações coletadas e processadas, foram organizadas as demandas físicas a partir da matriz anteriormente apresentada de forma a identificar e hierarquizar urgências dos problemas quanto as possibilidades da sua resolução. Naquele momento, por haver pouca definição das possibilidades de intervenção, houve uma coleta de informação super extensiva, mas que num primeiro momento, não possibilitou grandes intervenções. Entretanto, o conhecimento acumulado permitiu retificar o que poderia ser prioritário num segundo momento de levantamento.

Já com o recurso das emendas parlamentares, e com o objetivo do trabalho orientado para a regularização dos serviços de água e energia, os instrumentais foram redefinidos a partir dessas necessidades, assim como complementados com os dados exigidos pelas agências para iniciar o processo de regularização, de maneira que se conseguiu chegar em uma coleta de informações mais precisa e direcionada.

Relacionado a complexidade do trabalho e seus agentes, o mapeamento dos integrantes das redes de apoio - sujeitos coletivos ou individuais - dos movimentos de moradia do centro de São Paulo, não é simples. Exige-se uma integração entre agentes e entre disciplinas, para além de arquitetos e urbanistas. Dessa forma a atuação de equipes de engenharia elétrica, hidráulica e civil, e de assistência técnica social e do direito, tem possibilitado o exercício do estabelecimento da compreensão e reconhecimento sobre a complementaridade entre os campos.

Os diversos integrantes desta rede vão desempenhando diferentes funções, se encontrando a responder ora como assessor técnico, ora como pesquisador universitário. No campo da arquitetura e urbanismo, é interessante o reconhecimento de que, não raras as vezes, encontramos a interlocução com a universidade na luta pelos direitos à moradia digna e à cidade. Para viabilizar projetos e concretizar as demandas dos movimentos sociais, ou associações de moradores que representam famílias de baixa renda, os grupos de assessoria técnica buscam os arranjos possíveis para viabilizar os trabalhos. Vários assessores técnicos têm a sua atuação possibilitada por bolsas de pesquisa de pós-graduação, ainda que se reconheça as restrições financeiras e burocráticas dessa atuação.

Apesar da complexidade destes arranjos, tem sido através destas e de articulações semelhantes que vemos a universidade, e no caso, as faculdades de Arquitetura e Urbanismo e outras relacionadas às áreas do planejamento urbano e territorial, realizando trocas, produzindo conhecimento científico de forma conjunta e em articulação com o conhecimento do popular. Este campo de atuação tem sido uma contribuição importante para a formação de profissionais da

arquitetura, urbanismo, planejamento territorial, entre outras formações em São Paulo, permitindo a formação de quadros técnicos reconhecedores da complexidade dos processos urbanos da cidade, e sensíveis às necessidades habitacionais e urbanas.

A despeito disso, fica evidente como ainda existem lacunas no processo formativo desses profissionais, especialmente quando há a necessidade de trabalhar com reformas e melhorias habitacionais em ocupações prediais. Isto porque, embora a viabilização de projetos e debates em torno do campo da assessoria técnica sejam oportunidades de repensar a própria atuação nesses espaços, é preciso reconhecer que essa discussão não encontra-se inserida, com a devida importância, nas grades curriculares e atividades extensionistas. Com isso, não é incomum que, muitos pesquisadores e até mesmo profissionais, necessitem de uma formação pós-universitária para conseguir lidar com os desafios e demandas do campo da assessoria técnica. Isto suscita, portanto, a discussão da importância da universidade, bem como do seu papel social, na formação de um profissional capaz de atuar na cidade real.

3. Importância da formação para a assessoria técnica em edifícios ocupados

A experiência relatada na seção anterior demonstra a importância do processo formativo dentro das universidades para uma atuação prática mais assertiva em ocupações de edifícios por meio do assessoramento técnico. Importante destacar que esta atividade não se restringe a grupos profissionais de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, pois compreende uma gama de articulações e agentes. Ainda assim, a formação universitária é um dos primeiros passos para a assimilação de conhecimentos técnicos para uma atuação profissional e que deve ocorrer a partir de uma estrutura tripartite de ensino-pesquisa-extensão.

A saber, a aproximação da universidade — por meio de seus laboratórios e grupos de pesquisa e extensão —, com o campo da assessoria técnica para habitação de interesse social não é uma luta recente, e permitiu que muitos avanços fossem protagonizados a partir da junção desses elementos. Para Sanches (2015), no Brasil este tipo de articulação e formação passam a ocorrer a datar da década de 1960 que, influenciada por projetos de urbanização de favelas, se formalizam nas universidades por meio de atividades extensionistas extracurriculares.

No período recente, este tipo de atividade extensionista passou a ganhar ainda mais força nas matrizes curriculares a partir da aprovação de legislações e resoluções, que seguramente irão impactar a formação nas universidades de ATHIS. No campo da assessoria técnica, a primeira delas é a aprovação da Lei Federal nº 11.888/2008, conhecida como Lei de ATHIS, que contribuiu para o fortalecimento da assistência técnica em habitação de interesse social, bem como fortalece o campo de atuação para a categoria profissional dos arquitetos e urbanistas.

Em complemento a isso, o CAU nacional e suas regionais têm realizado parcerias de fomento a partir do lançamento de editais que financiam projetos específicos para a área, cursos de formação, debates, publicações, dentre outras atividades. Nessa direção, em 2014, mediante a aprovação da Resolução CAU-BR nº 94/2014, o Conselho passou a destinar parte do seu orçamento para ações de ATHIS, permitindo que uma série de projetos estratégicos em ATHIS sejam implementados em território nacional, de modo a atingir um dos objetivos estratégicos anuais propostos: fomentar o acesso de toda a sociedade à Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR, 2022).

A nível do poder público, também podemos identificar algumas iniciativas recentes em ATHIS municipais e estaduais. Embora com dificuldade, essas ações têm contribuído para avançar na implementação e regulamentação da Lei ATHIS e da acessibilidade da população de baixa renda à assistência técnica para habitação. Em contrapartida, assiste-se à gradual diminuição de investimento do governo federal em políticas públicas sociais desde 2016, e especificamente nas

políticas que proponham o combate ao déficit habitacional, como a extinção do PMCMV, apesar das reconhecidas críticas ao programa (FERREIRA, 2012; SANTO AMORE et al., 2015).

Do conjunto de iniciativas em ATHIS apoiadas, encontramos tanto processos coletivos e dialógicos que buscam a colaboração com os grupos assessorados, como também iniciativas individuais, por exemplo, de projetos que dão assistência a famílias de forma individualizada. Todas as iniciativas — individuais ou coletivas, mais ou menos colaborativas — realizadas com o objetivo de disseminar ATHIS no país têm sido importantes para fortalecer o campo de trabalho. Contudo, ainda estamos longe de alcançar ou suprir as necessidades habitacionais e a potencialidade que a categoria profissional deve ter no enfrentamento ao déficit habitacional, garantindo não só as condições materiais de vida adequadas às populações, mas também o acesso a serviços, ao emprego, ao lazer, etc. sem discriminações, em suma, à cidade. Mas a moradia digna e acessível ainda não é prioridade na maioria das intervenções e projetos urbanos, nem é destino de relevantes investimentos públicos, ainda, sequer é protagonista nas grades curriculares de formações profissionais e universitárias da área.

Compreendendo a realidade, os contextos brasileiros e a complexidade da luta pelo direito à moradia digna e à cidade, grupos como os já mencionados - Peabiru, FIO, LabHab, LabJuta - buscam trabalhar de forma aproximada, dialógica e em colaboração com as populações e movimentos sociais, entendendo o assessoramento técnico para a habitação não apenas como a prestação de uma assistência ou serviço, mas como uma construção conjunta e luta pela efetivação desse direito. Essa prática se distingue do conceito comum de ATHIS, que também abrange iniciativas individualizadas, entendendo a assessoria técnica popular como uma prática coletiva, política e politizada. A Rede Moradia-Assessoria (Rede M-A), da qual Peabiru e LabHab são articuladores desde 2018, compreende a:

[...] assessoria técnica popular no seu sentido ampliado, considerando atuações de caráter técnico desde que em diálogo com territórios populares na luta pela moradia digna. O sentido ampliado da assessoria popular compreende atuações de grupos profissionais, grupos universitários (extensionistas, docência e pesquisa-ação), nas quais acontecem trocas entre os grupos assessores e comunidade, considerando a luta e defesa pela moradia digna. Algumas das características que abrangem o sentido de assessoria técnica para a Rede M-A: Prática política, politizada, coletiva, interdisciplinar; Luta e defesa por direitos humanos — direito à moradia digna e à cidade — para a diminuição das desigualdades; Articulada e em diálogo com territórios populares; Sem fins lucrativos (REDE MORADIA-ASSESSORIA, 2021, grifos no original).

Não se propõe com isto o menosprezo nem a desvalorização de iniciativas que atuam de forma individualizada, como já colocado anteriormente. Contudo, defende-se a luta por moradia digna como pauta política e o protagonismo das populações que não têm o seu direito à moradia garantido. Por isso questiona-se a ausência de maiores investimentos e políticas públicas, a falta de protagonismo do tema em formações acadêmicas, que garantam não só a construção e reconstrução de moradias de qualidade, a construção de cidades mais justas e ambientalmente sustentáveis, mas também possibilitem atuações técnicas e politizadas que considerem a complexidade dessa atuação.

Em suma, a formação acadêmica nos últimos 20 anos tem sido pautada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecida pelo artigo 207 da Constituição de 1998 (BRASIL, 1998). Apesar disso, a extensão universitária, enquanto elemento basilar das grades curriculares, apenas passou a organizar os cursos de graduação com a aprovação da Resolução nº 7, de 2018. A partir de então, o Ministério da Educação estabeleceu as diretrizes gerais a serem incorporadas para as políticas de extensão universitária, tornando-a obrigatória na matriz curricular. Este fato implicou na alteração das grades curriculares para programas que, além das aulas, incluíssem a obrigatoriedade da realização de pesquisas acadêmicas e extensão universitária.

Esta alteração também contribuiu para a formação universitária em assessoria técnica por outras vias que não sejam a do ensino teórico unicamente, a partir da incorporação de outros métodos

de pesquisa, extensão e incorporação do saber popular à formação convencional. Dadas as diversas áreas de atuação em Arquitetura e Urbanismo, as grades curriculares se limitam a garantir aos alunos o conhecimento base para cada um desses campos e, conforme avança em sua formação, a busca pelo aprofundamento em um tema de maior interesse se dá por parte do próprio aluno.

Desta forma, procura-se concretizar e formalizar as bases do tripé universitário, formado pelo ensino-pesquisa-extensão. No campo da assessoria técnica, este fato irá suscitar maiores possibilidades de integração entre o que se produz dentro da universidade com a realidade que a rodeia. Tal pensamento se fundamenta no fato de que “o que fazemos dentro da universidade (sobretudo na universidade pública) não é para ser consumido dentro dela. O que dá sentido à universidade é o que fazemos fora dela com aquilo que aí produzimos” (ANTUNES; GADOTTI; PADILHA, 2018, p. 209). Em complemento, para Maricato (2019) a falta de extensão nos cursos de arquitetura e urbanismo, reforça o distanciamento com o território, que é justamente um objeto de trabalho essencial para este profissional.

Com relação ao ensino, é necessário reconhecer a importância das várias disciplinas ofertadas nas grades dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, por serem fundamentais na estruturação do saber técnico deste profissional. Na maioria dos casos, uma prática comum nas faculdades e universidades é a proposição de disciplinas que abordam a elaboração de projetos arquitetônicos em cenários ideais, ou seja, em sua maioria, a cada novo semestre os estudantes são compelidos a tratar da realidade a partir da proposição de novos projetos, mudando apenas o programa de necessidades, escala, nível de detalhamento e localização. Isto limita, por exemplo, a temática das melhorias habitacionais e reformas pontuais. Entretanto, tendo em vista que, segundo a pesquisa Datafolha-CAU-BR de 2015, mais de 80% das casas brasileiras são autoconstruídas e que hoje, principalmente na cidade de São Paulo, existem diversas ocupações de edifícios que denunciam o descumprimento da função social dessas construções, porque não, abordar projetos que dialoguem também com a questão de melhorias habitacionais?

O que se revela, portanto, é a necessidade de abordagens práticas no campo da habitação a partir da universidade. Nas disciplinas de planejamento urbano, embora o tema da habitação de interesse social e a sua relação com a cidade seja comumente abordado, elas representam um pequeno percentual na formação. Em disciplinas acerca da edificação, matérias como sistemas prediais (que envolvem hidráulica e elétrica), dificilmente contemplam a análise de instalações existentes. Assim, novamente a formação sobre as realidades e precariedades de edifícios ocupados visando melhorias, não é abordada, embora seja um campo importante para a atuação como assessor técnico como vimos nos processos demonstrados anteriormente.

Com efeito, dentro dos conteúdos lecionados nas graduações em Arquitetura e Urbanismo, existem diversas possibilidades na qual a formação sobre assessoria técnica poderia ser inserida. E apesar dos esforços, sobretudo por parte dos docentes que atuam com assessoria técnica — seja em levar às aulas suas experiências quanto de compartilhar os conhecimentos práticos adquiridos —, a maior contribuição para a formação nesta área acaba sendo por meio da pesquisa e da extensão.

É justamente por esta questão que a pesquisa e extensão têm sido utilizadas como processos complementares capazes de permitir uma prática mais assertiva nesses espaços externos à própria universidade, ao mesmo tempo em que permite uma reflexão científica acerca destas ações. Nesta relação dialógica, é conhecido o rigor necessário ao campo da pesquisa, contudo é uma prática comum atribuir à extensão universitária tudo aquilo que se desenvolve fora dos limites consolidados como ensino ou pesquisa. Não obstante, ela é uma atividade prática de caráter educativo, cultural e científico, que articula os pilares do ensino e da pesquisa. Logo, esses projetos devem fortalecer a formação a partir da relação entre a universidade, o campo profissional e a sociedade (FORPROEX, 2012), elementos estes essenciais para a ATHIS.

Neste sentido, os laboratórios de pesquisa das universidades são grandes responsáveis não só pelas reflexões e críticas acerca do trabalho em assessoria técnica, como também pela realização de projetos extensionistas e cursos de formação em ATHIS. A exemplo disso, destaca-se o OCUPATHIS Centro, já mencionado nas seções anteriores. No referido exemplo, foi através da pesquisa-ação que os assessores puderam refletir e discutir sobre os trabalhos que têm sido feitos e trocar experiências, avançar em novos formatos de arranjos práticos, metodologias e ideias que possam contribuir para melhorias na atuação das assessorias.

A extensão é um importante instrumento pedagógico na formação universitária e uma prática dialógica (FORPROEX, 2012; COELHO, 2014) e uma principal forma de viabilizar uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Contudo, apresenta uma delimitação menos objetiva que os outros dois campos e atualmente passa por um processo complexo de discussão que passa pela sua curricularização cuja caminhos tornam-se um pouco incertos.

Estágios em assessorias técnicas também são caminhos importantes para a formação. Para além do conhecimento das práticas de reforma e melhorias, abrangem também um entendimento de políticas públicas que favoreçam a atuação das assessorias, ao identificar quais mecanismos devem ser acionados para os trabalhos, entendimento das possíveis dificuldades na atuação. Porém, é importante reconhecer que as assessorias enfrentam empasses financeiros devido ao baixo investimento na área, por isso, são poucas as vagas ofertadas para estágios. Ainda assim, a prática da assessoria técnica em diversos casos está associada a iniciativas voluntárias ou a bolsas de extensão universitária.

Considerações finais

Como enunciado, este é um relato focado no trabalho de assessoramento realizado pela Peabiru em colaboração com movimentos de moradia, universidades, outras assessorias técnicas, e os inúmeros outros atores. Esta, assim como outras iniciativas assessoramento técnico que existem na cidade e no país, tem buscado o fortalecimento da luta pelo direito à moradia em áreas centrais para famílias de baixa renda.

Através deste relato de experiência OCUPAS Centro, percebe-se que a formação para assessoria técnica em arquitetura e urbanismo se dá na constância de trocas de experiências e saberes que parte da formação básica de um arquiteto e urbanista, ainda muito defasada em sua grade curricular em relação à ATHIS, melhorias habitacionais e intervenções em áreas preconizadas já existentes. Da mesma forma, é através de processos de pesquisa-ação e extensão, visto como uma importante ferramenta de formação técnica, política e social, onde docentes, pesquisadores e assessores têm a oportunidade dentro da academia (mas sobretudo fora dela) de refletir e readequar seus processos e métodos de trabalho, como foi visto no desenvolvimento do OCUPAS Centro, esse espaço tem sido disputado e construído.

Também a presença de pesquisadores e acadêmicos dentro das assessorias técnicas tem permitido que das experiências em campo surjam reflexões sobre os caminhos para essa atuação. Essas reflexões têm contribuído para aprimorar os métodos e instrumentais de trabalho, esboçar ações na política pública que buscam ir de encontro às reais necessidades das populações, como tem sido feito para as ocupações de prédios em áreas centrais, pautando a necessidade de subsídios para obras de melhoria a curto e médio prazo, e de reforma integral a longo prazo.

Como colocado, a assessoria técnica a ocupações no centro de São Paulo são resultado de um longo acúmulo de várias pessoas e grupos envolvidos na luta e defesa por uma cidade mais justa. Essa luta precisa continuar. Assim como a garantia do assessoramento técnico adequado, preparado e contribuidor para a melhoria de vida da população. Por isso neste artigo, se defende e questiona o lugar da formação sobre assessoria técnica na arquitetura e urbanismo, mas também para todas as disciplinas envolvidas na transformação das cidades.

Referências

ANTUNES, Ângela Biz; GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto. Reinventar a universidade a partir da extensão universitária. In: GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin (Orgs.). **Reinventando Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire**. Lemann Center/Stanford Graduate School of Education, 2018. p. 209-227.

BARBOSA, Roberto Benedito; PITA, Sidnei Eusébio. **A trajetória das lutas do centro: das ocupações e resistências às conquistas**. Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais; Ministério do Desenvolvimento Regional, 2006. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Texto_Trajectoria_Lutas_Centro.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências**.

BRASIL, **Lei nº 11.888, 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

CARVALHO, Celso. **Ocupações de moradia em áreas centrais: intervenções para melhoria gradativa da segurança**. In: UEMURA, Margareth Matiko, NISIDA, Vitor Coelho Nisida, CAVALCANTE, Lara Aguiar (org.). **ATHIS para o direito à moradia**. São Paulo: Instituto Pólis, 2021. 162 p. pg. 98-106.

COELHO, Geraldo Ceni. **O papel pedagógico da extensão universitária**. Revista Em Extensão, v. 13, n. 2, p. 11-24, 11 fev. 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

HORIGOSHI, Maria Rita, HODAPP, Alexandre. **A assessoria técnica entre a luta pela moradia digna e a urgência de um teto**. In: UEMURA, Margareth Matiko, NISIDA, Vitor Coelho Nisida, CAVALCANTE, Lara Aguiar (org.). **ATHIS para o direito à moradia**. São Paulo: Instituto Pólis, 2021. 162 p. pg. 107-136.

MARICATO, Ermínia. O papel social da arquitetura: entrevista com Ermínia Maricato. Entrevista concedida a Alessandra Soares; Artur Maia; Pedro Rossi. Vitruvius, São Paulo, ano 20, n. 078.01, **Vitruvius**, maio de 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>. Acesso em 21 dez. 2022.

MOTISUKE, Daniela. **Reabilitação de áreas centrais: antagonismos e ambigüidades do programa paulistano**. Ação Centro / Daniela Motisuke. Mestrado. pg. 217 – São Paulo, 2008.

MORETTI, R. et al. **“Embasamento legal para reabilitação gradativa de prédios antigos para habitação social”**. Jornal GGN, 2021. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidades/embasamento-legal-para-reabilitacao-gradativa-de-predios-antigos-para-habitacao-social/>. Acesso em 12/12/2022.

PEABIRU. **A Peabiru**. Disponível em: http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2. Acesso em 23 dez. 2022.

PSMP - Prefeitura Municipal de São Paulo, SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação. **Situação das ocupações na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), 2018. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Situacao-das-ocupacoes-na-cidade-de-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022.

REDE MORADIA-ASSESSORIA. **A rede moradia-assessoria**. Disponível em: <https://www.moradiaassessoria.org.br/about>. Acesso em 22 dez. 2022.

SAMPAIO, Celso A. **Onde Morar no Centro de São Paulo**. In: Anais do III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas - URBFAVELAS. Salvador.

SANCHES, Débora. **Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo - 1990 a 2012**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo, 2015.

SANTO AMORE, Caio. **Assessoria em situação de conflito, ou: estamos em guerra!** In: UEMURA, Margareth Matiko, NISIDA, Vitor Coelho Nisida, CAVALCANTE, Lara Aguiar (org.). **ATHIS para o direito à moradia**. São Paulo: Instituto Pólis, 2021. 162 p. pg. 69-89.

SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

SÃO PAULO. **Edital de Chamamento Público nº 006/2020**. ATHIS - Ações Emergenciais - Projetos e Capacitação. Disponível em: <https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/EDITAL-DE-CHAMAMENTO-ATHIS-ARQUIVO-%C3%9ANICO.pdf>. Acesso em 22 dez. 2022.

SILVA, Patrícia Cezário, *et al.* **Quem ocupa não tem culpa: melhoria das condições de segurança e habitabilidade nas ocupações de edifícios no centro de São Paulo**. Relatório final de projeto de extensão - Universidade Federal do ABC, 2020. 43 p.

¹ O "Co-Polis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil" é um projeto temático FAPESP-ANR, coordenado no Brasil pelo prof. João Sette Whitaker Ferreira (LabHab/FAUUSP) e na França pela profa. Agnès Deboulet (LAVUE/Universidade de Paris 8). Pelo lado brasileiro, integram o projeto pesquisadores do LabHab/FAUUSP, LabJuta/UFABC, FAU Mackenzie e LEUS/PUC Rio de Janeiro.